



ID: 102650379

12-12-2022

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Há uma desigualdade nas deduções do crédito à habitação”

Quem comprou casa depois de 2011 não pode deduzir os juros no IRS, o que é uma injustiça, porque “há portugueses a terem deduções diferentes” diz Paula Franco. E quem opte por uma menor retenção mensal à coleta, arrisca pagar mais em 2024.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO FERREIRA
Fotografia

O aumento dos juros do crédito à habitação será um dos maiores pesos para as famílias em 2023 e deveriam poder ser deduzidos no IRS, entende a bastonária. Pelo positiva, destaca a possibilidade de resgate dos PPR e o alargamento do IRS Jovem, para o qual sugere uma medida transitória para depois dos 30 anos.

Como é que caracteriza neste momento a política fiscal em Portugal?

É claramente muito penalizadora, quer para as empresas, quer para as famílias. Os impostos são demasiado elevados para o tipo de rendimentos e seria bom revermos um bocadinho tudo isso. Sabemos obviamente que é um Estado que tem uma despesa muito grande e que tem uma despesa que tem que ser suportada pelos impostos, mas os rendimentos não são compatíveis com taxas tão altas. Há uma classe média que é muito pressionada e microempresas que também acabam por não conseguir fazer face aos impostos que existem.

O OE para 2023, aprovado recentemente, muda alguma coisa significativa?

Neste aspeto fiscal mudam algumas questões e acho que foram pertinentes muitas das alterações

que foram propostas em sede de especialidade. Algumas não foram aprovadas, mas deviam. E uma dessas tem a ver com os empréstimos bancários e os juros, que são uma dedução à coleta do IRS e que este ano vão ter um significado especial no bolso de todos os portugueses. Só contam para a dedução à coleta os empréstimos contraídos até final de 2011. Todos os empréstimos contraídos desde aí não têm significado em termos da diminuição do IRS. E é de facto muito injusto. Enquanto os juros foram negativos, isto não era significativo. Agora, com a subida dos juros, era expectável que neste OE, esta medida fosse reajustada. Não foi e foi um erro muito grande, porque uma das situações que mais vai penalizar as famílias no ano de 2023 é o aumento das taxas de juros.

O argumento das Finanças foi que essa medida só teria impacto depois em 2014, que não seria um apoio para já. Faz sentido?

Não, não faz. Claro que só sentiríamos em 2024. Mas não é exa-

tamente assim, porque – e por isso é que é estranho esta não ter sido aprovada e esse argumento não me parece correto – há outra medida no OE, que permite a quem tem empréstimos bancários passar para o escalão imediatamente anterior [da retenção na fonte]. Ora se esta medida não vai ter impacto no final porque são empréstimos contraídos desde 2011, o que é que vai acontecer? Vai acontecer que no fim vai pagar mais imposto porque não tem uma medida de dedução à coleta que o proteja. Por isso é que não me parece que o argumento do Ministério das Finanças seja correto.

A dedução à coleta dos juros de todos os contratos deveria ser temporária?

A verdade é que ela existe e só está a ser aplicada a determinados sujeitos passivos que tiveram empréstimos aprovados e que contraíram empréstimos para habitação própria permanente até determinado momento. E portanto a injustiça dessa situação é que há portugueses a terem deduções di-

ferentes. Não é questionar se a dedução deve existir ou não. Eu sou defensora que sim, porque é um encargo fixo que as famílias têm que ter. Mas a injustiça deste ajustamento não ter sido feito é que portugueses que têm empréstimos até determinada altura têm um benefício e a partir de uma altura não têm, e isto traz diferenças desiguais aos portugueses e isso é que não acho que seja correto.

E as medidas para apoiar quem tem crédito à habitação, acha que terão algum impacto?

Com o aumento das taxas de juro, nada é significativo, qualquer medida que exista apenas vem mitigar um bocadinho daquilo que vai ser o grande impacto do aumento das taxas sobre as famílias. [Essas medidas] são pouco significativas. A renegociação dos créditos... isso é tudo muito complexo e os bancos também não sei se informam de forma tão aberta porque no fundo também perdem com essas situações. Mas há outras medidas [de alteração ao OE] a destacar pela positiva.

Por exemplo?

Uma que já vem de antes e que foi alargada em sede de especialidade, que tem a ver com a possibilidade de fazer resgates dos PPR para fazer face a esta crise. Era possível desde outubro, para fazer face ao aumento do custo de vida, mas com o limite de um IAS mensal. Em sede de especialidade aumentou-se a sua abrangência o levantamento mensal passa poder cobrir a prestação do crédito à habitação. As poupanças são sempre

algo positivo e que se devem manter, mas estamos num numa situação transitória, de um aumento considerável das despesas das famílias, que pode levar à necessidade de mexer nessas poupanças, e se houvesse penalidades ou restrições, não seria possível.

No IRS o que mais destaca?

A questão dos jovens [IRS jovem], que se alargou. Investimos muito na educação dos nossos jovens, mas depois não os captamos para ficar cá e para trazerem o tal capital, a tal riqueza ao país. As medidas são boas, foram alargadas, mas ainda se podia ter ido mais além. Defendo que deviam ser mais lineares. Isto é sem depender dos anos de término da parte escolar, e deviam ser mais transversais, até aos trinta anos. E depois disso haver uma medida transitória, para de repente a fatia do IRS não ser logo muito mais elevada. ■

“A injustiça dessa situação é que há portugueses a terem deduções diferentes.”

“As medidas de apoio a quem tem crédito à habitação são pouco significativas.”





Incentivo às empresas para aumentar salários “não compensa”

Paula Franco considera que o apoio à valorização salarial consagrado no Orçamento do Estado pouco uso vai ter, até porque só chega, na prática, em 2014. Será a necessidade de reter talentos e captar mão de obra que vai fazer subir os salários, diz.

Há alguma redução de IRS para as famílias. É suficiente ou devia de se ter ido mais longe?

Um ajustamento dos escalões até 5,1% é positivo, significa pagarmos menos impostos e isso tem impacto. Mas o principal objetivo desta medida é uma certa pressão para incentivar as empresas, que não são obrigadas a aumentar salários, exceto o salário mínimo, a fazer este aumento dos 5,1%.

E isso compensa às empresas?

Não, não compensa. Há um incentivo à valorização [salarial] que é uma majoração de 50%, mas que só se vai refletir no imposto a pagar em 2024. Ora, se as empresas já têm que começar a aumentar agora em janeiro, ou durante o ano, enfim, quando decidirem, para ter esta majoração, é tarde não haver um incentivo neste momento, porque estes 50% de majoração não deixam de ser significativos e vai até 2026 para quem o fizer. A questão é como é que as empresas vão ter disponibilidade financeira para o fazer. Penso que esta pressão não será suficiente para convencer as empresas a aumentar salários. No entanto nós estamos a viver outra realidade que é de uma rotatividade muito grande em termos de emprego e a retenção de talento. E aqui é que a pressão é

muito grande. E portanto, os salários vão aumentar pela necessidade de retenção de pessoas e de captar mão de obra. E a falta de mão de obra em Portugal é quase transversal. E portanto, a pressão para aumentar os salários, na minha opinião, vai ser essa. E as empresas vão ter que os aumentar para reter mão de obra. Não por esta benesse dos 5,1%. Mas claro que tudo vai ajudar.

Como se poderia incentivar as empresas a subir salários?

O aumento dos salários também traz mais receita ao Estado e podia haver aqui um equilíbrio. As empresas aumentavam os salários e portanto prescindiam do seu lucro, o Estado prescindia dos seus impostos e beneficiava-se diretamente os trabalhadores. (...) E para

incentivar este aumento, esta descolagem dos salários, poderia haver um compromisso durante X tempo para aumentos que se considerariam razoáveis e até determinado valor para abranger por exemplo a classe média e haver uma isenção desse aumento em termos de IRS e de taxa contributiva, por exemplo. Ninguém perdia e todos ganhavam.

Houve outras alterações, caso dos benefícios fiscais para a capitalização. São positivas?

Sou um bocadinho crítica em relação a esta mudança. Aquilo que o Governo apresentou nesta junção destas duas medidas [incentivo à capitalização de dedução de lucros retidos e reinvestidos (DLRR)] é que as empresas vão be-

neficiar mais. Eu diria que as grandes empresas vão beneficiar mais, porque estavam excluídas e agora passam a estar incluídas. Mas para uma microempresa não me parece que esse seja o cenário.

O novo benefício não é eficaz para as pequenas empresas?

Se vírmos no longo prazo, até pode ter algum benefício. Mas o problema que temos hoje em dia é o de capitalizar já. E este novo incentivo é mais complexo, as empresas vão perceber menos como é que o aplicam para procurarem as soluções para terem esse benefício. Complicou-se. Nas minhas contas não consegui ter nenhuma situação de micro e pequenas empresas que atinja o valor dos dois benefícios atuais. Nas grandes empresas, sim. ■

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Apoios ao investimento indireto no SIFIDE deviam ser eliminados”

Os benefícios fiscais à investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE) estão a ser revistos pelo Governo e a bastonária dos contabilistas certificados defende que o investimento via fundos deve acabar.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO FERREIRA
Fotografia

Uma descida efetiva do IRC serviria de incentivo às empresas, defende a bastonária dos contabilistas certificados. 2023, diz, vem com muitas incertezas e as empresas vão ter de aumentar as suas margens de lucro para se tornarem mais sustentáveis, o que se refletirá inevitavelmente nos consumidores.

O Orçamento do Estado (OE) foi parco em reduções fiscais para as empresas. Faltou a descida de IRC que o ministro da Economia queria?

Em regra os OE nunca são tão simpáticos para as empresas como são para as famílias, mas acho que efetivamente se poderia ter ido mais além, porque é muito importante que as empresas sintam sinais de confiança porque as empresas criam emprego e também é necessário terem algumas medidas que as ajudem a suportar e a conseguir ultrapassar as dificuldades que vão existir em 2023. 2022 para as empresas correu muito bem, superaram-se muito os números de 2019.

A recuperação pós-pandemia?

A recuperação pós-pandemia e também a deslocalização de alguns mercados com a guerra. Acabámos por ser beneficiados. Não podemos excluir dois fatores: as empresas mudaram comportamentos pós-pandemia e forçados pelas situações do mercado – a falta e escassez de bens, de matérias-primas e falta de mão de obra le-



vou-as a reajustar muito a sua forma de negócio, diminuindo nalgumas situações o negócio mas aumentando as margens de lucro, e

eu acho que esse é o caminho que as empresas portuguesas têm que fazer. Têm de aumentar as margens de lucro. Têm de tornar-se

mais sustentáveis, porque se querem aumentar salários, se querem equilibrar e reter talentos, se querem competir com a compra dos bens que são cada vez mais escassos a nível mundial, têm de aumentar as margens, se não não conseguem fazê-lo.

mento de salários se as empresas não tiverem aumento das margens. Tudo aquilo que se está a pedir e exigir às empresas vai-se refletir também no aumento dos preços. Só que este equilíbrio tem de ser feito porque o salário mínimo está a aumentar e o salário médio aproxima-se do salário mínimo e isso não é desejável num país. Ora as empresas têm de refletir isso. As empresas portuguesas não são tão lucrativas que possam ir buscar ao seu lucro. Principalmente as micro empresas e as pequenas empresas não têm praticamente margens de lucro e não nos podemos esquecer disso.

“As empresas têm de aumentar as margens de lucro. Têm de tornar-se mais sustentáveis.”

“De facto, os fundos [de investimento] têm por regra muita especulação por trás.”

O consumidor final vai pagar estas margens?

Tem de pagar. Tudo está a sofrer um aumento – e eu acho que também há muita especulação nestes aumentos obviamente, pela indefinição que existe. Mas este ajustamento é necessário. Nós não podemos pedir que exista um au-



“[Nuno Félix] vem de dentro da AT. Isso pode ser bom e pode ser mau, mas acima de tudo conhece os problemas e as dificuldades do sistema.”

Mas esse desenvolvimento também poderia ter sido apoiado pelo orçamento?

Eusou defensora da descida do IRC. Percebo e acho muito bem que o senhor ministro da economia defenda a descida do IRC. Percebe-se que também existe um conflito com o ministro das Finanças, porque as Finanças têm de pensar na receita e isso é perfeitamente saudável. Mal era, na minha opinião, mesmo fazendo parte do mesmo Governo, se não fosse assim. Existiu uma descida de IRC no OE, com o alargamento da taxa dos 17% até aos primeiros 50 mil euros de matéria coletável, que atualmente eram 25 mil euros. Mas a taxa do IRC poderia ter ido mais além e descer. Porque não tem um grande impacto na receita, são poucas as empresas portuguesas que pagam impostos. Poder-se-ia ter mexido até para mudar mentalidades, formas de estar, formas de as empresas quererem contribuir mais, e começarem a aplicar-se mais em terem margens, em terem capitais próprios. Por essa via moralizava mais o sistema, não afetava a receita e incentivava o investimento.

Que argumentos fiscais é que daria uma empresa que pretendesse investir em Portugal?

Hoje em dia, com a complexidade da legislação fiscal portuguesa, é muito difícil explicá-la a empresas estrangeiras. É quase uma questão de fé, ou porque somos um mercado que ainda tem outros benefícios que não os fiscais, que leva as empresas a virem investir em Portugal. Se for por mecanismos fiscais, as empresas não vêm. Existe uma falta de confiança muito grande no

sistema fiscal português. Isto é, hoje temos uma medida em que as empresas se baseiam para tomar determinadas decisões e daqui a um ano já pode alterar. Essa falta de confiança leva sempre a muitas dívidas.

Uma alteração agora em cima da mesa é ao benefício fiscal do SIFIDE, para a investigação e desenvolvimento. É preciso, aí, prevenir abusos e mudar alguma coisa?

É muito difícil investir em investigação e desenvolvimento em Portugal, portanto, o SIFIDE é um benefício fiscal que é pouco utilizado. Gostaríamos que fosse muito mais.

É um dos mais utilizados, mesmo assim.

É utilizado, mas por um número pequeno de empresas. Por isso, os abusos, se existirem, têm de ser fiscalizados. Não acho que exista abuso, acho que é uma boa medida no sentido de incentivar, precisamente, ao desenvolvimento e à investigação.

Deviam acabar os incentivos ao investimento indireto, que é uma das grandes questões em debate?

Bom, onde está o dinheiro acaba por ser onde se conseguem ir buscar mais benefícios, e às vezes em quem menos precisa. A discussão tem que ver com fundos e com situações indiretas. De facto, os fundos têm por regra muita especulação por trás. E distorcem muito o mercado. Portanto, aí não posso deixar de achar que de facto devem ser controlados esse tipo de benefícios.

Mas controlados ou eliminados?

Eliminados. ■

“O novo SEAF conhece bem a máquina. Isso pode ser bom e pode ser mau”

O novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), Nuno Félix, que tomou posse no início do mês, era subdiretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) para a área das relações com os contribuintes. Se por um lado é bom, por outro, quem “vem da máquina acaba por estar mais parametrizado para aquilo que são as opções da AT.

Temos um novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Ficou surpreendida com a com a substituição?

Foi muito rápida acima de tudo. Acho que foi surpreendente para todos, mas aceitamos sempre obviamente. António Mendonça Mendes, com quem tínhamos uma relação muito próxima, foi o secretário de Estado que mais tempo esteve na Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, o que é bom porque já nos dava uma forma de trabalho contínuo. Mas o dr. Nuno Félix também tem uma relação muito próxima, há muito tempo. Ele era subdiretor geral da área da defesa dos contribuintes, portanto já conhece muito bem a máquina, vem de dentro da AT. Isso pode ser bom e pode ser mau, mas acima de tudo conhece os problemas e as dificuldades do sistema.

Pode ser uma vantagem?

Era ele que rececionava precisamente as queixas dos contribuintes. Isso pode ser uma vantagem muito grande em conseguir ter a noção daquilo que deve ser resolvido, no descomplicar e também simplificar a vida dos contribuintes na relação com a AT. Co-

nheço bem o dr. Nuno Félix eu acho que ele tem essa sensibilidade, portanto acho que em termos da relação com os contribuintes e com a OCC, e fazendo a ponte com a AT, acho que vai correr muito bem. Claro que agora é recomencarmos os assuntos todos de novo, mas não tenho dúvida que vamos chegar a bom porto.

E porque é que pode ser mau o facto de ele vir da máquina?

Que não se tente só virar para a máquina. O problema das secretarias de Estado é que têm que ter um equilíbrio muito grande. Entre aquilo que são os objetivos, o terem a tutela da própria AT, mas conseguirem também o equilíbrio junto do contribuinte. E, quem vem da máquina acaba por estar já mais parametrizado para aquilo que são as opções da AT. Se bem que como o dr. Nuno Félix estava na parte da defesa do contribuinte já conhece também o outro lado, e conhece aquilo que deve ser melhorado. E, portanto, esperemos que seja também um passo em frente. A OCC estará cá, para fazer parte da solução, ajudar naquilo que é o esclarecimento e a evolução da relação entre o contribuinte e a AT.

Que tipo de colaboração é que habitualmente o Governo vos pede?

Opiniões, até técnicas, sobre o impacto de determinadas medidas, o sobre o que se está a passar. Nós temos acesso em primeira mão ao que às vezes corre menos bem. E, acabamos por conseguir resolver e evitar muitos problemas que não deviam existir. ■

Respostas rápidas

PAULA FRANCO
Dedicada.

FERNANDO MEDINA
Cumpridor.

DOMINGOS AZEVEDO
Um grande líder.

BALANÇO
Positivo.

CORRUPÇÃO
Continua em níveis muito elevados. Má.

FISCO
Está a melhorar.

EUTANÁSIA
Não concordo.

PROVEDORIA DE JUSTIÇA
Tem tido um papel importante.

TRIBUNAL DE CONTAS
Um papel fundamental.

TAP
Uma desgraça.

PRENDA
O nosso equilíbrio.

FAMÍLIA
Um mundo melhor em 2023.

NATAL
Uma época fantástica, mágica.



ID: 102650379

12-12-2022

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Envio do ficheiro SAF-T para o Fisco “vai ser prorrogado”

As empresas não estão preparadas para, em 2023, avançarem com as novas regras para o envio de informação à Autoridade Tributária e o prazo de entrada em vigor vai ter de ser novamente adiado, diz a bastonária.



FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO FERREIRA
Fotografia

Apoucas semanas do início do próximo ano, empresas e contabilistas continuam a não estar preparados para aplicar as novas regras que, segundo previsto na lei, haveriam de conduzir, em 2024, ao envio, para a Autoridade Tributária (AT) do chamado ficheiro SAF-T da contabilidade.

O envio pelos contabilistas do ficheiro SAF-T, foi adiado para 2024, com referência a 2023. As empresas estão preparadas para isso?

Não, de forma nenhuma. Foi prorrogado e vai ser prorrogado. Não são as empresas que não estão preparadas, o sistema não está preparado. O sistema começou

mal, o SAF-T da contabilidade começou mal. Começou com uma intervenção direta fiscal sobre a contabilidade e a contabilidade tem a sua autonomia. Quando se quer influenciar e se quer intervir em algo cuja informação é para vários utilizadores, e que se quer no fundo espartilhar para que a informação seja só para o Estado, tem tudo para correr mal. E o sistema correu mal desde o princípio. A forma como se criou não é exequível do ponto de vista prático. Ainda tem de ter muitas alterações, se o Estado insistir nesse caminho.

Mas acha que não devia de existir?

O SAF-T pode ter muitas vantagens para as empresas, para a administração fiscal e para todos. Desde que respeite cada uma das partes. Até agora só se pensa numa, que é a informação para a AT e o dito controlo. Com base nisso, no combate à fraude e evasão fiscal, justifica-se tudo. E não

é verdade que este ficheiro vá servir só para isso, ou que tenha de servir só para isso. Todos os intervenientes têm de ser beneficiados deste processo. E não se pensou nas empresas, não pensou nas simplificações. Pensou-se naquilo que é o objetivo da AT. Portanto, tem de ser repensado.

Esta é uma medida que há anos vem sendo adiada. o que falta operacionalizar?

Tudo. Não é possível. Neste momento, ele não é exequível. Não tem vindo a ser adiado só porque não se concorda com ele, mas porque não é exequível. Porque há duas codificações. Temos um código de contas e temos taxionómias. Há uma tentativa de uma parametrização das demonstrações financeiras.

E alguma vez será exequível?

Tem de se avaliar, mas não desta forma tão intrusiva em termos de lançamentos e restrições.

Mas estão a colaborar com o Estado? Ou estão a bloquear a ação do Estado?

Nós nunca bloqueamos ações de Estado. Fazemos sempre parte da solução. Agora, as soluções têm de ser equilibradas. Avisámos desde o primeiro momento que como estava não era exequível.

Quando diz que vai ser prorrogado tem essa indicação do Ministério das Finanças?

Conversamos constantemente sobre isto. Para além de que tenho a convicção, porque não é exequível. Se não vamos ter balanços de abertura em 2023 que já cumpram regras e que sejam ajustados aquilo que é, para o ano de 2024 já não será possível. Isto tem de começar no início do ano. O balanço de abertura de uma empresa, no sistema informático, já tem de estar ajustado para cumprir as regras.

E além das questões práticas, é o Fisco que fica com

muita informação?

Em relação aos dados, do ponto de vista empresarial acho que são excessivos. E o excesso de dados nunca leva nada a bom porto. Tem de haver um equilíbrio, mais uma vez. O que está no SAF-T é uma intromissão dado a dado, lançamento a lançamento, quando na minha opinião tem de ser em saldos. Como em tudo se trabalha em saldos. Esta intromissão não é admissível para as empresas, na minha opinião. É intrusivo. Eu diria mais que terá a ver mais com a questão da proteção de dados: protege-se tanto em relação a umas situações e depois abre-se o leque completo e acho que há sempre algumas questões empresariais que têm limites naquilo que é a partilha da informação, mesmo para Estado. Só em caso de inspeção é que é admissível e é aí que o Estado deve atuar e deve ter meios para isso. Não é substituir os meios por um excesso de informação de todos. ■

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 12 de dezembro de 2022 | Diário | Ano XVIII | N.º 4886 | € 2,80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

ANTÓNIO MOITA
Falta em Portugal uma cultura de exigência
OPINIÃO 26



L. MARQUES MENDES
A Proteção Civil falhou nas cheias em Lisboa
OPINIÃO 27





CONVERSA CAPITAL PAULA FRANCO

“Há discriminação nas deduções do crédito à habitação”

Presidente da Ordem dos Contabilistas afirma que o envio do ficheiro SAF-T para o Fisco “vai ser prorrogado”.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

Pedro Ferreira

Publicidade

BA&N
Communications Consultancy
Communications consultancy designed to deliver results.
www.ban.pt

Indústria
Navigator faz megacontrato para garantir matéria-prima
EMPRESAS 14 e 15

Investimento
Maiores bancos tentam fintar crise cortando nos custos
MERCADOS 18 e 19

Publicidade

idealista
A app imobiliária líder em Portugal

investidor privado

AS IDEIAS DE SEIS GURUS DE WALL STREET PARA 2023



Preço das importações já começou a aliviar

Descida do valor do petróleo e subida do turismo também ajudam a atenuar o défice comercial.

ECONOMIA 10 e 11

Publicidade

10 CORRIDA KM
5 CAMINHADA KM
500M CRIANÇAS
31 DEZEMBRO LISBOA . 10H00
FESTEJAMOS JUNTOS NA ÚLTIMA CORRIDA DO ANO INSCREVE-TE JÁ!
SABE MAIS EM SAOSILVESTREELCORTEINGLES.RECORD.PT
SÃO SILVESTRE 2022
LISBOA